ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.09.24.01
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00002.20260904/0001-44

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Equipamentos, Materiais Permanentes e Materiais de Informática para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Caririaçu-Ce (Centro Cultural Dr. Raimundo de Oliveira Borges). Que atendem integralmente aos requisitos e exigências da Decreto Nº 11.740. de 18 de outubro de 2023 que regulamenta a lei nº 14.399, de 08 de Julho de 2022, que institui a politica Nacional Aldir Blanc de fomento a cultura PNAB e suas alterações posteriores e do Decreto Municipal nº 13/2024 de 17 de Maio de 2024 - Politica Nacional Aldir Blanc. E através que atendem integralmente aos requisitos e exigências FUNDO ESTADUAL DE CULTURA – FEC, na forma da Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará – Lei 18.012/2022, e de suas alterações posteriores – Lei 18.815/2024, do Decreto Estadual nº 36.040/2024, e da Instrução Normativa nº 01/2024 da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01 - MOBILIÁRIO					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTD**	**UND**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
1	Armário para escritório	1.0	Unidade	R$ 1.296,10	R$ 1.296,10
Especificação: , confeccionado em material resistente, preferencialmente madeira ou material equivalente, com 06 portas, mínimo de 03 prateleiras internas, acabamento pintado ou revestido, dimensões aproximadas de 188 cm de altura x 121,5 cm de largura x 34 cm de profundidade, adequado para armazenamento de documentos e materiais.					
2	Cadeira de uso geral	50.0	Unidade	R$ 125,55	R$ 6.277,50
Especificação: , confeccionada em polipropileno ou material equivalente de alta resistência, cor preta, com encosto e assento anatômicos, dimensões aproximadas de 78 cm de altura x 45 cm de largura x 52 cm de profundidade, capacidade mínima de 120 kg, com certificação de conformidade aplicável.					
3	Mesa para refeições/reuniões, capacidade para 08 lugares	1.0	Unidade	R$ 1.059,27	R$ 1.059,27
Especificação: tampo com dimensões aproximadas de 190 cm de comprimento x 90 cm de largura, altura aproximada de 75 cm, estrutura e pés metálicos ou material de resistência equivalente, acabamento resistente e adequado ao uso institucional.					
4	Bibliocanto para organização e apoio de livros	100.0	Unidade	R$ 44,89	R$ 4.489,00
Especificação: , revistas, pastas e catálogos, confeccionado em metal resistente, acabamento anticorrosivo, dimensões aproximadas de 100 x 115 x 170 mm, adequado para uso em estantes e bibliotecas.					
5	Mesa de escritório em formato L	3.0	Unidade	R$ 1.974,67	R$ 5.924,01
Especificação: , para uso administrativo, com tampo e estrutura resistentes, comprimento total aproximado entre 170 e 190 cm, profundidade aproximada de 70 cm e altura aproximada de 73 cm, acompanhada de módulo/armário lateral com dimensões aproximadas de 160 cm de largura x 40,5 cm de profundidade x 61 cm de altura, incluindo ferragens necessárias à montagem.					
6	Mesa de reunião redonda	6.0	Unidade	R$ 638,67	R$ 3.832,02
Especificação: , diâmetro aproximado de 110 cm, altura compatível com uso sentado, tampo resistente e estrutura/pés metálicos ou material equivalente, com acabamento adequado para uso institucional.					
7	Armário roupeiro/vestiário em aço	1.0	Unidade	R$ 1.865,68	R$ 1.865,68
Especificação: , com 08 portas individuais de tamanho adequado para armazenamento de pertences pessoais, com compartimentos internos, sistema de ventilação por grades ou venezianas, acabamento com pintura eletrostática ou equivalente, resistente à corrosão e ao uso contínuo.					

8	Estante/biblioteca de parede	10.0	Unidade	R$ 993,00	R$ 9.930,00
Especificação: , com 05 bandejas/prateleiras, dimensões aproximadas de 2,00 m de altura x 0,92 m de largura x 0,32 m de profundidade, confeccionada em material resistente, com acabamento adequado ao uso institucional e sistema de fixação seguro.					
9	Mesa monobloco para uso geral	10.0	Unidade	R$ 133,98	R$ 1.339,80
Especificação: , confeccionada em polipropileno ou material equivalente de alta resistência, cor preta, dimensões aproximadas de 70 cm x 70 cm x 70 cm, estrutura monobloco, adequada para ambientes internos e/ou externos e uso institucional.					
Valor total do lote R$ 36.013,38 (trinta e seis mil e treze reais e trinta e oito centavos)					

LOTE 02 - ELETRODOMÉSTICOS					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTD**	**UND**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
10	Smart TV	2.0	Unidade	R$ 2.640,28	R$ 5.280,56
Especificação: , tela de 55 polegadas, tecnologia LED ou superior, resolução mínima 4K UHD (3840 x 2160), sistema operacional integrado para acesso a aplicativos e conteúdos digitais, conectividade Wi-Fi, no mínimo 03 entradas HDMI e 02 portas USB, controle remoto, áudio integrado e alimentação bivolt ou compatível com 220 V.					
11	Refrigerador duplex	1.0	Unidade	R$ 2.397,65	R$ 2.397,65
Especificação: , capacidade líquida mínima de 334 litros, com compartimentos independentes para refrigerador e freezer, cor branca ou equivalente, controle de temperatura, prateleiras internas removíveis e reguláveis, gaveta para hortifruti, iluminação interna, sistema de degelo compatível com a categoria e alimentação 127/220 V ou bivolt.					
12	Sistema de sonorização composto	2.0	Unidade	R$ 4.013,33	R$ 8.026,66
Especificação: por 01 caixa acústica ativa e 01 caixa acústica passiva, potência compatível com ambientes de eventos culturais, com conectividade e entradas para microfone e linha, acompanhado de mesa de áudio/mixer com entradas suficientes para as caixas e demais fontes sonoras, 02 microfones sem fio e 02 tripés para caixas acústicas, incluindo cabos e acessórios necessários ao funcionamento.					
13	Forno micro-ondas	1.0	Unidade	R$ 553,00	R$ 553,00
Especificação: , capacidade mínima de 20 litros, potência compatível com a categoria, painel de controle eletrônico, funções de aquecimento e descongelamento, prato giratório, temporizador, trava de segurança e alimentação compatível com 127/220 V.					
14	Ar-condicionado tipo Split Hi-Wall,	4.0	Unidade	R$ 3.038,33	R$ 12.153,32
Especificação: capacidade de refrigeração de 18.000 BTU/h, ciclo frio, tecnologia inverter, gás refrigerante de baixo impacto ambiental, classificação de eficiência energética conforme regulamentação vigente, controle remoto, funções de refrigeração, ventilação, desumidificação e timer, tensão 220 V, incluindo unidade evaporadora e condensadora.					
15	Bebedouro de coluna,	3.0	Unidade	R$ 852,02	R$ 2.556,06
Especificação: com fornecimento de água natural e gelada, sistema de refrigeração, reservatório interno adequado ao uso contínuo, torneiras independentes, bandeja coletora removível, gabinete resistente, acabamento adequado ao uso institucional e alimentação 220 V.					
16	Batedeira planetária	1.0	Unidade	R$ 487,66	R$ 487,66
Especificação: , capacidade mínima de 4 litros, tigela em aço inoxidável ou material equivalente de alta resistência, múltiplas velocidades, movimento planetário, batedores para diferentes preparações, potência compatível com uso institucional e alimentação 220 V.					
17	Liquidificador de baixa rotação	1.0	Unidade	R$ 493,62	R$ 493,62
Especificação: , capacidade mínima de 4 litros, copo/jarra de material resistente, conjunto de lâminas adequado ao processamento de alimentos, acionamento seguro, estrutura compatível com uso contínuo e alimentação 220 V.					
18	Mesa de som/mixer de áudio com no mínimo 16 canais	1.0	Unidade	R$ 2.309,33	R$ 2.309,33
Especificação: sendo entradas para microfone/linha balanceadas e canal(is) estéreo, controles independentes de ganho e volume, equalização, saída principal, saída para monitor/fone, alimentação adequada e recursos compatíveis com sonorização de eventos culturais.					
Valor total do lote R$ 34.257,86 (trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e seis centavos)					

LOTE 03 - MATERIAL INFORMATICA					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTD**	**UND**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**

19	Computador desktop completo	2.0	Unidade	R$ 2.963,33	R$ 5.926,66
Especificação: , com processador de desempenho equivalente ou superior a 8 núcleos/16 threads ou desempenho compatível com as atividades de edição, produção e gestão de conteúdos culturais; memória RAM mínima de 16 GB; armazenamento SSD mínimo de 480 GB; placa gráfica dedicada ou integrada de desempenho compatível com aplicações multimídia, com memória gráfica mínima de 4 GB quando dedicada; monitor LED de 27 polegadas, resolução mínima Full HD; teclado e mouse; conexões USB, HDMI/DisplayPort ou equivalentes; sistema operacional compatível com as necessidades do órgão.					
20	Impressora multifuncional tanque de tinta	2.0	Unidade	R$ 1.767,33	R$ 3.534,66
Especificação: , tecnologia jato de tinta, impressão colorida, funções de impressão, cópia e digitalização, conectividade Wi-Fi e USB, impressão frente e verso quando disponível, alimentador e bandeja compatíveis com uso institucional, resolução adequada para documentos, baixo custo operacional e fornecimento inicial de insumos necessários ao funcionamento.					
21	Nobreak	2.0	Unidade	R$ 244,21	R$ 488,42
Especificação: , potência mínima de 600 VA, entrada e saída compatíveis com 220 V, tecnologia de proteção contra surtos, subtensão e sobretensão, bateria interna recarregável, autonomia compatível com equipamentos de informática, proteção contra descarga total e sinalização do estado de funcionamento.					
22	Projetor multimídia	1.0	Unidade	R$ 3.127,67	R$ 3.127,67
Especificação: , luminosidade mínima de 3.000 lúmens, resolução mínima WXGA (1280 x 800) ou superior, tecnologia de projeção adequada a apresentações e atividades culturais, entrada HDMI, entradas/saídas de áudio e vídeo compatíveis, correção de distorção, alto-falante integrado, alimentação bivolt ou 220 V e controle remoto.					
23	Notebook	3.0	Unidade	R$ 3.137,15	R$ 9.411,45
Especificação: processador de desempenho equivalente ou superior a Intel Core i5 de 8ª geração ou equivalente; memória RAM mínima de 16 GB, expansível quando tecnicamente possível; armazenamento SSD mínimo de 256 GB e, adicionalmente, armazenamento HDD de 1 TB ou solução de armazenamento equivalente; tela de aproximadamente 14 polegadas, resolução mínima HD; conectividade Wi-Fi e Bluetooth; webcam com microfone integrado; portas USB, USB Tipo-C, HDMI, RJ-45 e áudio, ou equivalentes; sistema operacional compatível com Windows 11 Pro ou superior; carregador/fonte original compatível.					
Valor total do lote R$ 22.488,86 (vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos)					

Valor total R$ 92.760,10 (noventa e dois mil, setecentos e sessenta reais e dez centavos)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	Armário para escritório	1.0	Unidade	1.296,10	1.296,10
, confeccionado em material resistente, preferencialmente madeira ou material equivalente, com 06 portas, mínimo de 03 prateleiras internas, acabamento pintado ou revestido, dimensões aproximadas de 188 cm de altura x 121,5 cm de largura x 34 cm de profundidade, adequado para armazenamento de documentos e materiais.					
2	Cadeira de uso geral	50.0	Unidade	125,55	6.277,50
, confeccionada em polipropileno ou material equivalente de alta resistência, cor preta, com encosto e assento anatômicos, dimensões aproximadas de 78 cm de altura x 45 cm de largura x 52 cm de profundidade, capacidade mínima de 120 kg, com certificação de conformidade aplicável.					
3	Mesa para refeições/reuniões, capacidade para 08 lugares	1.0	Unidade	1.059,27	1.059,27
tampo com dimensões aproximadas de 190 cm de comprimento x 90 cm de largura, altura aproximada de 75 cm, estrutura e pés metálicos ou material de resistência equivalente, acabamento resistente e adequado ao uso institucional.					
4	Bibliocanto para organização e apoio de livros	100.0	Unidade	44,89	4.489,00
, revistas, pastas e catálogos, confeccionado em metal resistente, acabamento anticorrosivo, dimensões aproximadas de 100 x 115 x 170 mm, adequado para uso em estantes e bibliotecas.					
5	Mesa de escritório em formato L	3.0	Unidade	1.974,67	5.924,01
, para uso administrativo, com tampo e estrutura resistentes, comprimento total aproximado entre 170 e 190 cm, profundidade aproximada de 70 cm e altura aproximada de 73 cm, acompanhada de módulo/armário lateral com dimensões aproximadas de 160 cm de largura x 40,5 cm de profundidade x 61 cm de altura, incluindo ferragens necessárias à montagem.					
6	Mesa de reunião redonda	6.0	Unidade	638,67	3.832,02
, diâmetro aproximado de 110 cm, altura compatível com uso sentado, tampo resistente e estrutura/pés metálicos ou material equivalente, com acabamento adequado para uso institucional.					
7	Armário roupeiro/vestiário em aço	1.0	Unidade	1.865,68	1.865,68
, com 08 portas individuais de tamanho adequado para armazenamento de pertences pessoais, com compartimentos internos, sistema de ventilação por grades ou venezianas, acabamento com pintura eletrostática ou equivalente, resistente à corrosão e ao uso contínuo.					

8	Estante/biblioteca de parede	10.0	Unidade	993,00	9.930,00
, com 05 bandejas/prateleiras, dimensões aproximadas de 2,00 m de altura x 0,92 m de largura x 0,32 m de profundidade, confeccionada em material resistente, com acabamento adequado ao uso institucional e sistema de fixação seguro.					
9	Mesa monobloco para uso geral	10.0	Unidade	133,98	1.339,80
, confeccionada em polipropileno ou material equivalente de alta resistência, cor preta, dimensões aproximadas de 70 cm x 70 cm x 70 cm, estrutura monobloco, adequada para ambientes internos e/ou externos e uso institucional.					
10	Smart TV	2.0	Unidade	2.640,28	5.280,56
, tela de 55 polegadas, tecnologia LED ou superior, resolução mínima 4K UHD (3840 x 2160), sistema operacional integrado para acesso a aplicativos e conteúdos digitais, conectividade Wi-Fi, no mínimo 03 entradas HDMI e 02 portas USB, controle remoto, áudio integrado e alimentação bivolt ou compatível com 220 V.					
11	Refrigerador duplex	1.0	Unidade	2.397,65	2.397,65
, capacidade líquida mínima de 334 litros, com compartimentos independentes para refrigerador e freezer, cor branca ou equivalente, controle de temperatura, prateleiras internas removíveis e reguláveis, gaveta para hortifruti, iluminação interna, sistema de degelo compatível com a categoria e alimentação 127/220 V ou bivolt.					
12	Sistema de sonorização composto	2.0	Unidade	4.013,33	8.026,66
por 01 caixa acústica ativa e 01 caixa acústica passiva, potência compatível com ambientes de eventos culturais, com conectividade e entradas para microfone e linha, acompanhado de mesa de áudio/mixer com entradas suficientes para as caixas e demais fontes sonoras, 02 microfones sem fio e 02 tripés para caixas acústicas, incluindo cabos e acessórios necessários ao funcionamento.					
13	Forno micro-ondas	1.0	Unidade	553,00	553,00
, capacidade mínima de 20 litros, potência compatível com a categoria, painel de controle eletrônico, funções de aquecimento e descongelamento, prato giratório, temporizador, trava de segurança e alimentação compatível com 127/220 V.					
14	Ar-condicionado tipo Split Hi-Wall,	4.0	Unidade	3.038,33	12.153,32
capacidade de refrigeração de 18.000 BTU/h, ciclo frio, tecnologia inverter, gás refrigerante de baixo impacto ambiental, classificação de eficiência energética conforme regulamentação vigente, controle remoto, funções de refrigeração, ventilação, desumidificação e timer, tensão 220 V, incluindo unidade evaporadora e condensadora.					
15	Bebedouro de coluna,	3.0	Unidade	852,02	2.556,06
com fornecimento de água natural e gelada, sistema de refrigeração, reservatório interno adequado ao uso contínuo, torneiras independentes, bandeja coletora removível, gabinete resistente, acabamento adequado ao uso institucional e alimentação 220 V.					
16	Batedeira planetária	1.0	Unidade	487,66	487,66
, capacidade mínima de 4 litros, tigela em aço inoxidável ou material equivalente de alta resistência, múltiplas velocidades, movimento planetário, batedores para diferentes preparações, potência compatível com uso institucional e alimentação 220 V.					
17	Liquidificador de baixa rotação	1.0	Unidade	493,62	493,62
, capacidade mínima de 4 litros, copo/jarra de material resistente, conjunto de lâminas adequado ao processamento de alimentos, acionamento seguro, estrutura compatível com uso contínuo e alimentação 220 V.					
18	Mesa de som/mixer de áudio com no mínimo 16 canais	1.0	Unidade	2.309,33	2.309,33
sendo entradas para microfone/linha balanceadas e canal(is) estéreo, controles independentes de ganho e volume, equalização, saída principal, saída para monitor/fone, alimentação adequada e recursos compatíveis com sonorização de eventos culturais.					
19	Computador desktop completo	2.0	Unidade	2.963,33	5.926,66
, com processador de desempenho equivalente ou superior a 8 núcleos/16 threads ou desempenho compatível com as atividades de edição, produção e gestão de conteúdos culturais; memória RAM mínima de 16 GB; armazenamento SSD mínimo de 480 GB; placa gráfica dedicada ou integrada de desempenho compatível com aplicações multimídia, com memória gráfica mínima de 4 GB quando dedicada; monitor LED de 27 polegadas, resolução mínima Full HD; teclado e mouse; conexões USB, HDMI/DisplayPort ou equivalentes; sistema operacional compatível com as necessidades do órgão.					
20	Impressora multifuncional tanque de tinta	2.0	Unidade	1.767,33	3.534,66
, tecnologia jato de tinta, impressão colorida, funções de impressão, cópia e digitalização, conectividade Wi-Fi e USB, impressão frente e verso quando disponível, alimentador e bandeja compatíveis com uso institucional, resolução adequada para documentos, baixo custo operacional e fornecimento inicial de insumos necessários ao funcionamento.					
21	Nobreak	2.0	Unidade	244,21	488,42
, potência mínima de 600 VA, entrada e saída compatíveis com 220 V, tecnologia de proteção contra surtos, subtensão e sobretensão, bateria interna recarregável, autonomia compatível com equipamentos de informática, proteção contra descarga total e sinalização do estado de funcionamento.					
22	Projetor multimídia	1.0	Unidade	3.127,67	3.127,67

, luminosidade mínima de 3.000 lúmens, resolução mínima WXGA (1280 x 800) ou superior, tecnologia de projeção adequada a apresentações e atividades culturais, entrada HDMI, entradas/saídas de áudio e vídeo compatíveis, correção de distorção, alto-falante integrado, alimentação bivolt ou 220 V e controle remoto.					
23	Notebook	3.0	Unidade	3.137,15	9.411,45
processador de desempenho equivalente ou superior a Intel Core i5 de 8ª geração ou equivalente; memória RAM mínima de 16 GB, expansível quando tecnicamente possível; armazenamento SSD mínimo de 256 GB e, adicionalmente, armazenamento HDD de 1 TB ou solução de armazenamento equivalente; tela de aproximadamente 14 polegadas, resolução mínima HD; conectividade Wi-Fi e Bluetooth; webcam com microfone integrado; portas USB, USB Tipo-C, HDMI, RJ-45 e áudio, ou equivalentes; sistema operacional compatível com Windows 11 Pro ou superior; carregador/fonte original compatível.					

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
1.4. O prazo de vigência da contratação é de de 12 meses, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
1.5. O custo estimado total da contratação é de R$ R$ 92.760,10 (noventa e dois mil, setecentos e sessenta reais e dez centavos)

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 05 (cinco) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante , em quantitativo especificado pelo Contratante.
5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: PARQUE RECREIO PARAISO, S N, PARAISO, Caririaçu / CE.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas

consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5°do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).
6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .
6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).
6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que

obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
6.11. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).
7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.
7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
7.24.A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.
8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.
8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;
8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);
8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e
III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).;
8.2.4.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
8.2.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
8.2.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.
8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).
8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social
8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado , ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor .

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ções) 0218.13.392.0023.2.034 - Ações da Politica Nacional Aldir Blanc de Fomento a Cultura, no(s) elemento(s) de despesa(s): 44905200 - Equipamentos e Material Permanente; .

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Caririaçu-CE, Em _____ de _____ de 2026.

Ricardo Santos Barros
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

Bernardino Bezerra Neto
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA